



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-600
- <http://www.cfp.org.br>

Ofício nº 5460/2025/GRI/CG-CFP

Ao Ministro
Rui Costa
Casa Civil da Presidência da República
Palácio do Planalto – Brasília/DF
casacivil@presidencia.gov.br ; executiva.casacivil@presidencia.gov.br

Assunto: **Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia e da ABRAPSIT em defesa da Avaliação Psicológica e da Psicologia do Tráfego nos processos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 576600005.000431/2025-63.

Senhor Ministro,

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), autarquia de direito público criada pela Lei Federal nº 5.766/1971, responsável por regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional das(os) psicólogas(os) em todo o território nacional, integrante e coordenadora do Sistema Conselhos de Psicologia ao lado dos 24 Conselhos Regionais que representam atualmente mais de 534 mil profissionais, e a Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT), entidade científica sem fins lucrativos que reúne psicólogos e pesquisadores para desenvolver e promover a Psicologia do Trânsito, vêm, por meio deste, manifestar de forma veemente o posicionamento em defesa da permanência da Avaliação Psicológica e da Psicologia do Tráfego nos processos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) conforme previsões do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A avaliação psicológica é um processo complexo, orientado a compreender características cognitivas, emocionais e de personalidade do indivíduo no momento da análise. No trânsito, esse processo visa identificar se a pessoa reúne condições psicológicas para conduzir veículo automotor com segurança para si e para a coletividade.

Na legislação vigente, a avaliação psicológica é estabelecida na obtenção de CNH de todos os candidatos à habilitação e, no caso daqueles que exercem atividade remunerada ao veículo, também nos processos de renovação (art. 147, § 3o).

O CTB prevê, de modo objetivo, que a avaliação psicológica deve ser realizada por psicólogas(os) peritas(os) examinadoras(es) com titulação de especialista em psicologia do trânsito, conferida pelo conselho profissional, conforme regulamentação do CTB (art. 147) e, ainda, a colaboração com esta autarquia na condução de ações de fiscalização das entidades e profissionais responsáveis pela avaliação psicológica (art. 147, § 7º).

Compreende-se do dispositivo legal e das respectivas regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que lhes são associadas a função inegável da avaliação psicológica realizada por psicólogas(os) especialistas no cuidado a condutores em potencial, consistindo enquanto medida de promoção de saúde e prevenção a sinistros; no acompanhamento de condutores que exercem atividade remunerada, considerando os fatores relacionados ao mundo do trabalho; e de posvenção junto a condutores infratores, destacando alternativas outras no exercício da habilitação.

A Psicologia de Tráfego constitui especialidade reconhecida da Psicologia, voltada à promoção da saúde, da segurança e do bem-estar psíquico no contexto do trânsito. No que diz respeito à avaliação psicológica, a prática ocorre nos padrões de uma perícia psicológica, regulada pela Resolução CFP nº 01/2019, tendo por finalidade responder à demanda específica e assegurar o rigor técnico, ético e metodológico inerente a atividades de alto impacto social. Assim, a legislação e as normas vigentes do CONTRAN reconhecem a(o) Psicóloga(o) Especialista em Psicologia do Trânsito/Tráfego como profissional habilitada(o) para a realização da avaliação psicológica de condutores, em consonância com o CTB e com as diretrizes regulatórias do CFP, que asseguram a qualidade técnica e a segurança da população.

Em um contexto no qual a ocorrência de sinistros de trânsito com desfecho morte é tão alta que se apresenta como a principal causa de morte de crianças e jovens entre 5 e 29 anos, a avaliação psicológica prévia à habilitação não é burocracia e sim prevenção. Considerando que mais de 90% das causas dos sinistros são relacionadas ao fator humano, ações especializadas na identificação de alterações significativas em algum aspecto necessário à atividade de direção que devem ser objeto de atenção por parte de potenciais condutores - como é o caso da perícia psicológica - devem ser fortalecidas e ampliadas, conforme recomendado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU) e organismos regionais de segurança viária, em conjunto com outras estratégias de caráter preventivo e multidisciplinar.

Destaca-se, inclusive, que lesões ocorridas no trânsito causam consideráveis perdas econômicas para o Estado, para a saúde pública, para os cidadãos, suas famílias e a sociedade em geral. Essas perdas são decorrentes dos custos com tratamentos de saúde e indenizações pagas aos sequelados e seus familiares, considerando a redução de produtividade, o impacto na saúde e na renda familiar, além dos danos psíquicos e dos custos emocionais e materiais decorrentes dos sinistros. Nesse sentido, a avaliação psicológica configura medida preventiva também no que se relaciona com aspectos financeiros e orçamentários relacionados aos sinistros e seus efeitos.

Acreditamos que a manutenção de procedimento de tamanha relevância reforça o compromisso do Estado brasileiro com a segurança viária, com a proteção da vida, com a promoção da saúde mental e da saúde global, e com a prevenção de sinistros, alinhando-se à Política Nacional de Trânsito e às melhores práticas internacionais.

Diante do exposto, o CFP coloca-se à disposição da Casa Civil e dos demais órgãos governamentais para subsidiar tecnicamente o debate, contribuir na elaboração de normativas complementares e apoiar ações integradas de segurança viária no âmbito das políticas públicas federais.

Atenciosamente,

Alessandra Santos de Almeida
Conselheira Presidenta
Conselho Federal de Psicologia



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Presidente**, em 08/12/2025, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2576994** e o código CRC **1DB84656**.